

A Política Econômica do Presidente Vargas: WIRTH e THE POLITICS OF BRAZILIAN DEVELOPMENT, 1930-1954

Carlos Manuel Pelaez *

1. Introdução. 2. As Políticas de Comércio, no Governo Provisório do Presidente Vargas.
3. A Política do Aço no Governo Vargas. 4. Conclusão.

O objetivo deste artigo é apontar algumas das inconsistências numa monografia recente, sobre as políticas de comércio, do aço e do petróleo, conduzidas pelo Presidente Vargas [17]. É difícil formar uma opinião global sobre o trabalho de Wirth, pela razão de que, além do período de Vargas — que em perspectiva verdadeira teve três diferentes (e não uniformes) períodos, Governo Provisório, Estado Novo e os anos iniciais da década de 50 — Wirth não tem um assunto generalizado, mas três *case studies* algo isolados. A Introdução e a Conclusão não conseguem juntar o material discutido no livro, e o esforço paciente do leitor em encontrar uma sequência de raciocínio termina frustrado. Assim, o título do livro é enganador e o assunto indefinível. Ademais, em muitos aspectos, o livro reflete a ênfase desordenada das universidades americanas nas explicações interdisciplinares dos problemas latino-americanos. Na verdade, como Schumpeter bem acentuava, o processo social é um todo indivisível, mas o estado atual do conhecimento varia diferentemente entre as ciências sociais, e as tentativas de unir métodos diferentes, numa explicação forçada, acabam em confusão. A alegação do economista não-técnico, hoje em dia, por exemplo, é reclamar vagamente que há muitos outros fatores políticos e

* Da Universidade de Vanderbilt, Nashville, Tennessee, E. U. A.

sociais além do pensamento abstrato e da mensuração rigorosa. O que tal enfoque realmente atinge é a frustração da sólida pesquisa econômica. E esse é talvez o principal problema do trabalho de Wirth, em que o método do historiador em obter manuscritos e documentos obscuros resulta na distorção do que é profissionalmente aceitável à economia e à ciência política. O trabalho de Wirth, é vazio de substância econômica e política; não é nem economia nem política. O que se segue é uma revisão de algumas das imprecisões, do ponto de vista de um economista, do texto de Wirth.

2. As Políticas de Comércio, no Governo Provisório do Presidente Vargas.

Os economistas *estruturalistas* da América Latina têm repetidamente sublinhado a importância da Grande Depressão na aceleração da industrialização, do crescimento econômico e, mais genericamente, da *mudança social* [3;4;5;13]. Celso Furtado aponta o período do governo provisório de Vargas como o período em que a economia brasileira verdadeiramente sofreu importante mudança em sua *estrutura* [3;4;5]. É conveniente discutir-se a tese de Furtado como composta de dois argumentos interdependentes: o *argumento da recuperação* e o *argumento da transferência* [8]. De acordo com o *argumento da recuperação*:

- a) A renda nacional do Brasil não declinou tão drasticamente quanto no exterior; a recuperação também se deu antes da de muitos países industriais.
- b) A manutenção dos níveis de renda se explica pelas políticas do setor cafeeiro. A compra e a incineração de grandes estoques de café foram financiados pela criação de moeda e resultaram em grandes deficits no orçamento federal, o que levou a economia de volta ao pleno emprego. O governo provisório seguiu uma política contracíclica, em estilo keynesiano, de proporções, *nem mesmo sonhadas* pelos países industriais.
- c) A renda do setor cafeeiro foi mantida em altos níveis.
- d) De acordo com Baer, o reajuste econômico dos produtores agrícolas foi financiado pela criação de moeda e constituiu-se em uma fonte extra de efeitos multiplicadores, mantendo os níveis de renda para a economia como um todo e, especialmente, para o setor exportador-agrícola.

E, segundo o *argumento da transferência*:

e) Os fluxos monetários provenientes do setor não-cafeeiro, via govêrno, e destinados ao setor cafeeiro, constituíram-se na fonte de capital industrial, na medida em que os produtores agrícolas respondiam ao aumento da lucratividade das manufaturas competitivas da importação relativamente à agricultura de exportação.

Tais análises tiveram, de acôrdo com a *tradição oral dos estruturalistas*, importantes conseqüências para a política econômica no Brasil:

a) O financiamento do desenvolvimento econômico pela formação de deficit — similar ao apontado no govêrno provisório — é um caminho ideal para a mudança da estrutura da economia e indispensável para o crescimento econômico rápido, numa *economia dependente*.

b) Condições de *proteccionismo quase total*, similar àquelas atingidas nos anos 30, são necessárias à industrialização e ao progresso econômico.

c) Como a velha oligarquia dos plantadores de café passou a controlar a indústria nacional, nos anos 30, a única possibilidade para o progresso democrático do Brasil é a *socIALIZAÇÃO* da indústria.

Com o passar dos anos, não ocorreu qualquer reformulação importante nessas idéias. Em seu recente *best-seller* sôbre história econômica latino-americana, Furtado proclama:

... a outra condição essencial para que se realize a substituição de importações é que ocorra uma expansão da renda monetária capaz de anular o efeito depressivo no nível de emprêgo da contração das atividades de exportação. Esta condição adicional foi preenchida mais fâcilmente nos países de agricultura permanente, como a do café no Brasil, cuja produção passou a ser adquirida pelo Govêrno com financiamento baseado em crédito concedido pelas autoridades monetárias. Ali onde foram preenchidas essas condições, ocorreu rápida expansão da produção industrial, crescendo ainda mais a sua rentabilidade... [5, p. 141]

Wirth segue direto nessa explicação mítica da década da Depressão. Enquanto êle proclama que a minha crítica de Furtado é "permissiva" [17, p. 229], diz contraditôriamente que: "Aranha, que controlou a política

econômica de 1931 a 1934, foi bastante bem sucedido [17, p. 11]". Em outro ponto, êle cita Oswaldo Aranha: "Em geral, as revoluções pelo mundo afora são, e têm sido, esbanjadoras. Porém a nossa foi a primeira a economizar. (Os esforços para equilibrar o orçamento e reduzir os gastos) são motivo para o orgulho e respeito dos brasileiros, e de elogio pelos nossos credores [17, p. 10]". Obviamente, Wirth se esquece do relevante significado econômico de tal afirmação, feita em 1932. A verdade histórica é que os ministros da Fazenda do governo provisório, J.M. Whitaker e Oswaldo Aranha, foram bastante *mal sucedidos*. Seus esforços para alcançar o equilíbrio orçamentário, na pior crise econômica jamais experimentada pelo mundo, situa-se como o mais drástico exemplo de má condução dos assuntos financeiros na história econômica do Brasil. O Banco do Brasil tentou reduzir por todos os meios possíveis — possivelmente só impedindo a expansão — a oferta de moeda, baseando-se na idéia de que o aumento da oferta de moeda era a estratégia bolchevique por excelência, para criar o caos e subverter a nação [9, p. 29, nota 39]. Porém tais políticas foram, em verdade, adotadas a conselho de assessôres ingleses e franceses [7;14]. O fato é que, como os Estados Unidos, a economia brasileira não se recuperou até a 2.^a Guerra Mundial. A década da Depressão foi um período de forte estagnação e de baixos níveis de formação de capital, porém é também verdade que ocorreu uma moderada industrialização, especialmente em São Paulo.

Durante o período de trinta e oito anos, 1906-1944, o Brasil, em sua legislação, em textos da política estadual e federal, e nos escritos sobre política econômica da época, interveio no mercado do café para estabelecer a Lei da Oferta e Procura, para criar a "igualdade da oferta e procura do café" [11]. Uma constelação de contrôles públicos foi usada nesse esforço, porém nunca ocorreu aos idealizadores de tal política que a intervenção no mercado do café — além da natureza cíclica do mercado, proveniente do ajustamento defasado dos produtores, face aos preços — em verdade, impedia o equilíbrio do mercado com suas implicações de bem-estar. O custo social de manter um preço mínimo para o café, por trinta anos, foi a manutenção e acumulação de recursos na produção cafeeira. É verdade que a criação de moeda foi usada algumas vezes no período 1906-1929, para sustentar o setor cafeeiro, porém isso em geral não ocorreu na presidência de Vargas. Impostos de exportação e, depois, um impôsto *in natura* (a chamada Quota de Equilíbrio) foram a principal fonte de financiamento para a destruição de cafezais [11; 18; 19]. Nenhuma autori-

dade monetária no Brasil emitiu dinheiro para a implementação de políticas cafeeiras, no governo provisório e apenas parcialmente no Estado Novo. O Brasil não seguiu uma política fiscal compensatória. Em 13 de novembro de 1937, em uma das grandes realizações de seu mandato, Getúlio Vargas decretou que o programa de apoio ao setor cafeeiro fôsse terminado gradualmente. O custo havia sido grande: as exportações brasileiras de café haviam declinado, em moeda estrangeira, para um dos níveis mais baixos já alcançados no século, e o café colombiano estava rapidamente dominando o mercado de café de alta qualidade. O plantador de café que se encontrava extraordinariamente endividado e que, incidentalmente, sempre esperou por um novo *boom* nas exportações, não poderia ser a fonte de capital industrial.

No estilo mítico em que as idéias estruturalistas são, em geral, apresentadas, Werner Baer apontou o reajustamento econômico dos produtores agrícolas, como outra fonte de fundos líquidos para o setor exportador-agrícola, e disponível para transferência de recursos à indústria. Baer não menciona fontes [1, p. 22-3], de modo que não sabemos onde a idéia foi inicialmente exposta, e devemos nos contentar em atribuí-la à *tradição oral dos estruturalistas*. Já se mostrou que o reajustamento econômico dos produtores agrícolas teve proporções insignificantes, relativamente aos níveis da renda nacional, nos anos 30 [10]. Quanto às transferências de recursos entre os setores cafeeiro e industrial, pode-se mostrar, com base em fatos e medidas precisas, que a renda disponível no setor cafeeiro para uma transferência para exportação de algodão não poderia ter financiado uma só empresa industrial [11]. É mais significativo considerar um modelo no qual os recursos reais da produção cafeeira são rígidos às transferências para as atividades urbano-industriais, porém flexíveis às transferências ao setor de exportações agrícolas. Essa rigidez na transferência de terra, mão-de-obra, transporte, iniciativa empresarial, capital e financiamento nos leva à conclusão de que café e algodão devem ter coincidido geograficamente. Então a proximidade geográfica é um teste da hipótese de que o extraordinário *boom* na exportação de algodão ocorrido nos anos 30, em São Paulo, foi financiado pelos recursos do setor cafeeiro e pelo reajustamento econômico. A Tabela I mostra os dados para um dos muitos testes dessa hipótese. Os 270 municípios de São Paulo são divididos nas dez regiões agrícolas dos censos de 1934 e 1939. A declaração de dívida, a indenização concedida, e a indenização ao café, pela Câmara de Reajustamento Econômico, são computados para os 270 municípios e as 10 regiões agrícolas do

Estado de São Paulo. Também listamos os dados do Censo de 1939, para a produção de algodão e café. O coeficiente de correlação entre a produção de algodão e a produção de café é de 0,952 e significativamente alto, de modo que a hipótese nula de não haver proximidade geográfica das duas produções é rejeitada. O coeficiente de correlação entre indenização dos plantadores de café e a produção de algodão é 0,806 e igualmente muito significativa. A hipótese de não haver proximidade geográfica das indenizações do reajustamento econômico e a produção de algodão, também é rejeitada. Assim, foi precisamente nesses municípios e regiões de plantio de café e recebedores de financiamento que o algodão foi produzido, provavelmente com o aumento líquido nos fundos do reajustamento econômico. E é de se notar que esse é apenas um dos muitos testes do modelo, que tem uma enorme fundamentação nas informações agora disponíveis de relatórios financeiros da época [11].

TABELA 1

As Regiões Agrícolas do Estado de São Paulo: Declaração de Dívida e Indenização Concedida pela Câmara de Reajustamento Econômico, 1934-1945, e Censo da Produção (1939) de Café e Algodão
(Em Cr\$ 1.000 e 1.000 toneladas)

(1) Regiões Agrícolas de São Paulo	(2) Declaração de Dívida à Câmara de Reajustamento Econômico, Estado de São Paulo, 1/12/1933	(3) Indenização concedida pela Câmara de Reajustamento Econômico, Estado de São Paulo, 1934-1945	(4) Indenização entregue aos plantadores de café, Estado de São Paulo, 1934-1945	(5) Produção de Algodão em 1939	(6) Produção de Café em 1939
1	95.270	20.764	9.392	8.2	12.3
2	22.777	7.092	4.183	(*)	2.7
3	9.178	2.081	436	.0	1.4
4	32.285	11.337	4.697	52.6	5.0
5	141.639	38.788	37.127	128.4	108.1
6	173.192	54.643	47.262	95.2	61.5
7	270.958	87.022	80.935	118.8	86.8
8	337.986	110.237	92.761	76.9	85.3
9	402.053	128.911	122.069	255.4	259.9
10	148.063	32.318	29.938	104.0	100.9
Total	1.633.501	493.191	428.798	840.6	724.9

(*) Resultados omitidos a fim de evitar a individualização das informações. Dados omitidos são incluídos nos totais. Todos os dados são arredondados.

Fonte: PELAEZ. *An Economic Analysis of the Brazilian Coffee Support Program, 1908-1945: Theory, Policy and Measurement*, a aparecer.

Um importante aspecto do livro de Wirth é a ênfase nas políticas de comércio do governo provisório. E aqui, mais uma vez, a mesma posição interdisciplinar impede o autor de selecionar políticas de comércio realmente significativas. A preocupação fundamental é com a aproximação brasileira da Alemanha ou dos Estados Unidos. Porém as políticas verdadeiramente fundamentais são desprezadas, não sendo mesmo sequer mencionadas. Uma delas foi a política de *competição* do café (1937), objetivando o aumento das exportações brasileiras [11]. A segunda foi o uso de uma restrição ótima de comércio, no sentido de Mill-Bickerdike, para corrigir os termos de troca — o problema econômico realmente importante, no programa de sustentação do café [11]. Os estruturalistas ignoraram completamente a microeconomia dessa sustentação; afinal, para um estruturalista, a teoria econômica é uma construção abstrata que não tem aplicação prática ao problema do desenvolvimento. A terceira política crucial, que engloba todas as políticas de comércio brasileiras dos anos 30, foi a linha do *beggar-my-neighbor* como solução para o desemprego. O objetivo da política era atingir o equilíbrio comercial, para saldar a dívida externa. O instrumento foi o entrave ao comércio, em todas as suas variedades. Conquanto o equilíbrio interno e externo possa ser atingido com essa política, há um efeito emprego negativo, no exterior (Apêndice). Porém o que é verdadeiramente diferente nesse modelo, comparativamente ao suposto programa de recuperação estruturalista-keynesiano, é que a recuperação é alcançada a níveis mais baixos de bem-estar, devidos à redução maciça no número e na disponibilidade de bens, causada pelas restrições ao comércio. A prática dessa política, em conjunção com uma orientação de equilibrar o orçamento não resulta em pleno emprego nem melhora o bem-estar econômico e social.

O professor Mário Henrique Simonsen, no mais bem realizado trabalho na área da economia normativa, no Brasil, acentua:

É compreensível que, esteticamente, as teorias que procuram reduzir ao mínimo as hipóteses, e interpretar do ponto de vista endógeno a maioria dos fenômenos, mereçam a máxima simpatia. Historicamente, a mecânica newtoniana talvez tenha representado a mais notável conquista nessa direção. Mas os esforços de Einstein para englobar a física num modelo de campo unificado não chegaram a nenhum resultado convincente. E, se isso ocorre na física, é natural que na economia as tentativas de unificação ainda se revelem cientificamente muito pobres. O marxismo construiu um

grandioso edifício de explicação endógena dos grandes lances da história econômica — mas que só pode ser aceito quando se sacrificam à estética as regras elementares de confronto empírico. O estruturalismo, até agora, tem funcionado como uma espécie de marxismo de varejo que talvez irritasse o próprio autor de *O Capital*. De fato, sua tentativa é a de fornecer explicações endógenas não para as grandes linhas, mas para os pormenores da história econômica. Compreende-se, por isso, que haja quem diga que os estruturalistas nada mais fazem do que construir teorias obscuras para justificar os desmandos dos Governos de sua simpatia [16, p. 68].

Esse é precisamente o caso da interpretação estruturalista, do governo provisório, que subestima outras realizações de Vargas. Os estruturalistas foram bem sucedidos em criar uma mística sobre as supostas *pirâmides keynesianas* dos anos 30, porém John Maynard Keynes se sentiria bastante horrorizado em ver o uso de suas teorias, na defesa dos conselhos dados ao Brasil por Sir Otto Niemeyer, funcionário da mais ortodoxa das autoridades monetárias inglesas e, incidentalmente, pessoa de quem Keynes foi contemporâneo [6, p. 202, 359]. O fato é que se pode mostrar que dentro das sérias limitações de um simples modelo keynesiano — no qual dificilmente um economista, hoje em dia, deposita confiança — a interpretação estruturalista é incompatível com os acontecimentos. Tão logo essas linhas do simples keynesianismo são abandonadas, a tese de Furtado perde o seu sentido.

Nenhuma das limitantes hipóteses institucionais keynesianas se verificou no Brasil, nos anos 30, e o comportamento da economia é melhor explicado por um modelo. A flexibilidade dos preços teria promovido melhor a recuperação econômica e a alocação dos recursos.

Causa perplexidade ver que uma escola de pensamento, que, dogmática e persistentemente, clama que a moderna teoria econômica não se aplica ao “problema do desenvolvimento”, deva explicar o crescimento econômico do Brasil, em termos da construção mais abstrata da teoria econômica: a moderna teoria do balanço de pagamentos, com sua lista interminável de variáveis, elasticidades e propensões. Marx certamente se irritaria com o pensamento estruturalista, na medida em que êle parodia a mão invisível de Smith, com a diferença de que no pensamento estruturalista é uma mão invisível e intelectual do governo: mesmo quando atuam contra os simples princípios econômicos, os controles do governo na economia sempre promovem o bem-estar social. O método para *vender* essas idéias é a distorção

do fato e a evasão à mensuração rigorosa. O pensamento abstrato e a mensuração rigorosa são substituídos pelo senso comum, política disfarçada, juízos de valor e empiricismo frouxo. À guisa de desculpa por êsse tipo de economia política, Werner Baer diz:

I have heard it claimed that Furtado's type of approach to economics, especially in relation to development problems, was outside mainstream of Anglo-Saxon economic thought and methodology, and that for this reason his impact in the United States has been very slight. This may well be. We might, however, ponder about the possibility that American economic thought on development might itself be outside of the mainstream of events [2, p. 25].

Para aquêles que aceitam política disfarçada, juízos de valor e empiricismo frouxo, como um substituto da pesquisa científica, o trabalho de Furtado é a mais bem acabada das exposições. Porém isso implica a rejeição pela profissão, não importa qual seja a aceitação pelos não-economistas. E afinal, para o economista, o aplauso mais procurado é o de sua profissão:

... In the long-run the economic scholar works for the only coin worth having-our own applause. Lest I be misunderstood, I elaborate. This is not a plea for "Art for its own sake", "Logical elegance for the sake of elegance". It is not a plea for leaving the realworld problems of political economy to non-economists. It is not a plea for short-run popularity with members of a narrow in-group. Rather it is a plea for calling shots as they really appear to be (on reflection and after weighing all evidences), even when this means losing popularity with the great audience of men and runnig against "the spirit of the time" [15, p. 1516].

3. A Política do Aço no Governo Vargas

É conveniente dividir a história da indústria do aço no Brasil em dois períodos. O primeiro período é o da completa dependência do carvão vegetal como combustível, que termina em fins da década de 1940. O segundo período é o da produção baseada no coque, embora existindo um grande número de produtores se utilizando do carvão. Wirth cobre parcialmente os dois períodos, de 1918 a 1945. Um aspecto do período do aço a carvão vegetal era a Itabira Iron, uma companhia formada por vários grupos internacionais, que viam no baixo preço de aquisição das reservas de miné-

rio de ferro brasileiro uma fonte de capitalização. Wirth discute as origens e dificuldades da Itabira Iron, bem como o seu insucesso, ao lado de algumas observações apressadas sobre a indústria do aço a carvão vegetal. Wirth pressupõe que o período do aço a carvão vegetal já foi analisado em detalhe e que é pouco importante em comparação à Companhia Siderúrgica Nacional. De fato, o período do aço a carvão vegetal é pouco conhecido e entendido. Os leitores que não tiveram ocasião de se aprofundar nas fontes primárias desse período, se confundirão com o que diz Wirth no que se relaciona às verdadeiras consequências econômicas da política do aço, no Brasil, antes de 1939. Ademais, o Plano Farquhar é discutido inadequadamente, e Wirth acaba por não integrá-lo ao assunto da produção de aço.

Uma vez mais, Wirth sucumbiu ao mito estruturalista sobre a história econômica do Brasil. Os erros da política econômica dos governos favorecidos pelos escritores estruturalistas têm sido glorificados; o café é um exemplo e, sob vários aspectos, o caso do aço também é evidente. Em seu trabalho sobre o crescimento econômico do Brasil, Furtado coloca forte ênfase no desenvolvimento das indústrias básicas — ferro, aço e cimento — do Brasil nos anos 30 [3, p. 218]. Tendo o governo supostamente ampliado sua participação na atividade econômica e tendo sido reforçadas as limitações ao comércio, as indústrias do ferro, aço e cimento se desenvolveram. O fato histórico é que, devido aos desordenados incentivos do governo a certos grupos privados, especialmente nos anos 30, o Brasil não conseguiu alcançar sua vantagem comparativa potencial na produção de aço [12].

Wirth acentua a tese de que o Brasil possui hoje o maior produtor de aço a carvão vegetal, do mundo [17, p. 88]. Em verdade, houve uma triste perda de recursos, resultantes dessa situação. O Brasil entrou o século 20, num período em que era mais vantajoso ser um *recém-chegado* ao mercado do aço, quando a alta qualidade do minério de ferro era o mais importante na manufatura do aço. Por volta de 1900 quase nenhuma nação industrial, à exceção da Suécia, manufaturava aço a carvão vegetal. O verdadeiro caminho para o desenvolvimento da manufatura do aço teria sido treinar maior número de engenheiros, graduados na Escola de Minas de Ouro Preto e outras escolas de engenharia, nas mais modernas técnicas da produção de aço. Em vista do fato que o Brasil havia sofrido um grande golpe no seu produto de exportação mais competitivo, o café, o país necessitava uma fonte extra de recursos cambiais para a importação (como o Japão faz hoje em dia) dos outros *inputs* necessários à manufatura do aço,

especialmente coque metalúrgico de alta qualidade. A exportação ideal era minério de ferro de alta qualidade e, subseqüentemente, o aço manufaturado.

Um grande número de incentivos governamentais, contudo, ocasionou um aumento da produção de aço a carvão vegetal no Brasil, na década dos trinta. Foi declarado um embargo à sucata de ferro, de modo que os produtores de aço a carvão vegetal pudessem comprar o produto a preços inferiores ao custo, e então reprocessar a sucata em aço. A proporção de sucata usada pelas manufaturas de aço, relativamente aos estoques, era mínima, e o embargo teve conseqüências dramáticas: a ruína dos que comerciavam internamente a sucata e suas lucrativas exportações, aliada à destruição dos estoques acumulados de sucata, uma vez que, num período de dez anos, o produto perde a sua utilidade industrial. Esses produtores de aço também receberam do govêrno empréstimos, proteção tarifária, isenções de taxas de importação para equipamento de capital, facilidades de transporte, fixação de preços, e mesmo, num dado momento, foi garantida a proibição das importações de equipamento essencial, facilidades de transporte, fixação de preços e mesmo, a uma certa altura, pensou-se em proibir a importação de equipamento fundamental para a produção de aço, objetivando *defender* a indústria doméstica, que estava em crise de superprodução [12]. Quando Volta Redonda foi planejada, decidiu-se que a produção de aço a coque não deveria competir com a produção de aço a carvão vegetal. Wirth não está ciente desses fatos do desenvolvimento do aço no Brasil; sua discussão ou é cacête e perde o ponto principal ou é bastante duvidosa. Um livro que trata de *política de desenvolvimento* deveria pelo menos dizer que, no caso do aço, pela escolha de uma política de prestígio a curto prazo, se deu uma solução política a um problema essencialmetne econômico.

A única sombra de uma estrutura analítica no livro de Wirth é a sua discussão do nacionalismo econômico:

By economic nationalism I mean a policy that has as its goal sufficient national economic power to assure a nation's political independence. Such a policy has two main pressuppositions: first, that the nation's natural resources ought to be controlled and allocated by nationals or by the State; second, that there is a value system for determining priorities and evaluating results in terms of the nation's needs — a way of deciding between an

emphasis on heavy industry and an emphasis on agriculture, a way of determining the mix of military factors with strictly economic factors, a way of assessing how long the nation can afford to wait for great power status. In asking what weight should be placed upon the future, economic nationalism is revealed as a future-oriented ideology. And while the actual working out of this policy is highly dependent upon circumstance, it will be shown . . . when economic nationalism became it will be shown . . . when economic nationalism became intense enough in the Vargas years to amount to an ideology of development [17, p. 7].

Este breve parágrafo é o tanto de análise que se pode encontrar no trabalho de Wirth, e mesmo esse tanto, vago como é, nunca é aplicado explicitamente. Supostamente, é uma explicação para a implantação de Volta Redonda e da Petrobrás. O que Wirth nunca aborda explicitamente é que o nacionalismo econômico pode conflitar seriamente com o bem-estar social e econômico, e possivelmente com a estabilidade política. De fato, esse modo de determinar prioridades e avaliar resultados não deveria ser decidido por filósofos políticos, em termos emocionais, mas por um time de economistas, em um ministério de planejamento. Só pela pesquisa e análise dos parâmetros econômicos e sociais mais relevantes se pode traçar a política econômica nacional.

Na opinião de Wirth, as instalações de Volta Redonda constituíram um notável sucesso. Pelos elogios continuados de Wirth à implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, parece que não foram cometidos erros sérios. Ele conclui:

True, Volta Redonda was a most visible *monument*, a status symbol of the kind developing nations have been eager to obtain; but it was more. Contemporaries knew that the plant was justified economically. Furthermore, the new works also marked a commitment by the State to oversee, promote, and perhaps to undertake directly the development of Brazil's vast natural resources. This was a giant step beyond the regulatory legislation of the early 1930's. Volta Redonda was thus a yardstick by which future governments would be measured [17, p. 129].

Sem dúvida, em vista das pressões sociais e políticas neste século e da transformação da economia internacional, a participação do Estado nos projetos de investimento social e na indústria foi uma das grandes conquistas do Presidente Vargas, que suavemente lançou o Brasil para uma nova

fase de desenvolvimento. Porém existe um sério perigo numa aceitação irrestrita dos efeitos dessas políticas e na idéia de que o aumento da participação do Estado em tôda e qualquer atividade econômica promove a melhoria social. Volta Redonda sempre foi a melhor das aspirações dos brasileiros, para a produção de aço com coque metalúrgico. Desafortunadamente, porém, prevalecia a idéia de que o carvão de coque de Santa Catarina, de baixa qualidade e inadequado para a produção de aço, deveria ser usado numa proporção fixa nos altos-fornos de Volta Redonda. Os aumentos nos custos de produção e a paralisação dos altos-fornos, em conjunção com uma série de problemas técnicos, foram os resultados dessa proteção à ineficiente produção de carvão. A localização da usina não correspondeu a critérios econômicos mais sólidos. Porém o Brasil beneficiou-se dessa experiência, e muitas dessas dificuldades iniciais estão agora sendo vencidas.

4. Conclusão

A principal reserva contra o livro de Wirth é que êle conflita seriamente com os princípios econômicos fundamentais. Ademais, êle se alia *involuntariamente* ao mito estruturalista. Êste mito de há muito impede o pensamento claro de um dos períodos mais importantes da história econômica do Brasil; de há muito impede uma visão lúcida e equilibrada da política econômica do Presidente Vargas.

Já é tempo de se reconstruir o passado brasileiro, à luz de novas idéias e pesquisas empíricas mais elaboradas. Porém deve sempre ficar claro que a história econômica — como muitos economistas concordariam — não pode ser usada como uma fonte de *policy making*. Ela se adiciona ao nosso conhecimento dos problemas econômicos. Mas a política econômica deve fundamentar-se em bases mais sólidas e científicas.

APÊNDICE *

Análise keynesiana da Grande Depressão no Brasil

Lista de símbolos:

a = autônomo

1,2 = países um e dois (ou resto do mundo)

Y = renda

* A anotação e o modelo aqui utilizados foram desenvolvidos pelo Professor Peter B. Kennen, da Columbia University, que não deve ser responsabilizado por erros desta aplicação.

- H = despesa interna
 M = importação
 B = balança comercial
 h = propensão marginal a gastar
 $1 - h = s$ = propensão marginal a poupar
 m = propensão marginal a importar
 d = operador para variações discretas

Forma estrutural:

$$dY_1 = dH_1^a + h_1 dY_1 + dM_2^a + m_2 dY_2 - dM_1^a - m_1 dY_1 \quad 1)$$

$$dY_2 = dH_2^a + h_2 dY_2 + dM_1^a + m_1 dY_1 - dM_2^a - m_2 dY_2 \quad 2)$$

$$dB = dM_2^a + m_2 dY_2 - dM_1^a - m_1 dY_1 \quad 3)$$

ou

$$\begin{bmatrix} s_1 + m_1 - m_2 & 0 \\ -m_1 & s_2 + m_2 \\ m_1 & -m_2 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} dY_1 \\ dY_2 \\ dB_1 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} dH_1^a - dB_1^a \\ dH_2^a + dB_1^a \\ dB_1^a \end{bmatrix} \quad 4)$$

Forma Reduzida:

$$dY_1 = 1/D \left[(s_2 + m_2) dH_1^a + m_2 dH_2^a + s_2 dB_1^a \right] \quad 5)$$

$$dY_2 = 1/D \left[(s_1 + m_1) dH_2^a + m_1 dH_1^a - s_1 dB_1^a \right] \quad 6)$$

$$dB_1 = 1/D \left[s_1 m_2 dH_2^a - m_1 s_2 dH_1^a + s_1 s_2 dB_1^a \right] \quad 7)$$

onde $D = s_1 s_2 + s_1 m_2 + m_1 s_2$, determinante da matriz dos coeficientes estruturais.

Análise da política brasileira na depressão:

- perturbação: $dH_2^a < 0$, declínio nos gastos externos
- objetivo $dB_1 = 0$, equilíbrio comercial
- instrumento $dB_1^a > 0$, restrições ao comércio

$$\text{Pondo } dB_1 = 0 \quad 8)$$

Desde que $dH_1^a = 0$,

$$dB_1^a = - (m_2/s_2) dH_2^a \quad 9)$$

a fim de alcançar o objetivo político

Substituir 9) em 5) para obter:

$$dY_1 = 0, \text{ i.e., balanço interno} \quad 10)$$

Substituir 9) em 6) para obter:

$$dY_2 = \left(\frac{1}{s_2} \right) dH_2^a \quad 11)$$

O multiplicador sem repercussões externas é $1/s_2$; conseqüentemente há um impacto multiplicador negativo, no exterior, desde que $dH_2^a < 0$. Os equilíbrios comercial e interno são alcançados mas às expensas do desemprego no exterior. Embora o equilíbrio interno seja alcançado, êle se dá a níveis mais baixos de bem-estar, na medida em que tenha havido uma drástica redução no número e na disponibilidade de bens, devido a limitações de comércio.

REFERÊNCIAS

1. BAER, Werner. *Industrialization and Economic Development in Brazil*. R. D. Irwin, Homewood, Ill. 1965.
2. BAER, Werner. *Furtado on Development*. Vanderbilt University, 1968, mimeografado.
3. FURTADO, Celso. *The Economic Growth of Brazil*. University of California Press, Berkeley, 1963.
4. FURTADO, Celso. *The Development of Brazil*. In: *Technology and Economic Development*. Scientific American ed., Alfred Knopf, Nova Iorque, 1964.
5. FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Lia, Rio de Janeiro, 1969.
6. HARROD, R.F. *The Life of John Maynard Keynes*, MacMillan & Co., Londres, 1952.
7. NIEMEYER, Sir Otto E. *Reorganização das Finanças Brasileiras*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1931.
8. PELAEZ, Carlos Manuel. *The State, the Great Depression and the Industrialization of Brazil*. Columbia University, junho, 1968, tese de Ph.D.
9. PELAEZ, Carlos Manuel. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1968.
10. PELAEZ, Carlos Manuel. Sobre a Política Governamental, a Grande Depressão e a Industrialização do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, set. 1969.
11. PELAEZ, Carlos Manuel. *An Economic Analysis of the Brazilian Coffee Support Program 1906/1945: Theory, Policy and Measurement* [A aparecer].
12. PELAEZ, Carlos Manuel. O Desenvolvimento da Indústria do Aço a Carvão Vegetal no Brasil. *Revista Brasileira de Economia* abr./jan. 1970.
13. PREBISCH, Raul. *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems*. United Nations, Lake Success, 1949.
14. REGRAY, Leon. *O Café do Brasil em 1934*. Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1935.
15. SAMUELSON, Paul A. Economists and the History of Ideas. The M.I.T. Press, Cambridge, 1966 [Presidential Address to the American Economic Association, 1961. In: The Collected Scientific Papers of Paul A. Samuelson, volume II].
16. SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2001*. APEC, Rio de Janeiro, 1969.
17. WIRTH, John D. *The Politics of Brazilian Development 1930-1954*. Stanford University Press, Stanford, 1970.
18. BRASIL. Conselho Nacional do Café. *Balanco Geral*. Agência Rio, Rio de Janeiro.
19. BRASIL. Departamento Nacional do Café. *Balanco Geral, 1933-1945*. Agência Rio, Rio de Janeiro.